

O LUGAR E O SENTIDO DOS RECORTES DE JORNAL NOS ARQUIVOS PESSOAIS

José Francisco Guelfi Campos¹
jfgcampos@ufmg.br

Resumo

Geralmente abundantes nos arquivos pessoais, os recortes de jornal tendem a ser negligenciados no que diz respeito ao tratamento documental. Neste trabalho, discutimos a condição marginal destes documentos a partir dos artifícios classificatórios e descritivos que vêm sendo empregados nos quadros de arranjo e nos instrumentos de pesquisa. Além disso, discutimos a importância da identificação das espécies documentais, tendo em vista que os recortes têm sido usualmente denominados por expressões genéricas que os destituem de sua individualidade.

Palavras-chave: Recortes de jornal. Arquivos pessoais. Classificação. Descrição. Espécies documentais.

Não há dúvida de que os chamados arquivos pessoais – isto é, os conjuntos de documentos acumulados por indivíduos, em razão de suas atividades rotineiras, de eventos esporádicos e de interesses intelectuais – costumam abrigar toda sorte de material inusitado. Entre espécimes peculiares e até mesmo charmosos, no que diz respeito aos suportes, formatos e às formas documentais, encontram-se também itens menos chamativos. Ao longo da vida, as pessoas acumulam documentos – e, conseqüentemente, produzem um arquivo – em boa medida porque os documentos são instrumentos da garantia dos direitos individuais e de prova do cumprimento das obrigações civis. Além disso, também dão aos indivíduos um lugar no mundo, na comunidade e no sistema jurídico de que fazem parte, conferindo-lhes identidade formal perante o Direito e atuando na mediação entre os indivíduos, o Estado e as instituições. Os documentos de arquivo são ferramentas, por meio quais as pessoas viabilizam suas atividades cotidianas, das mais banais às mais complexas, fazem constar seus direitos e provam suas ações; em suma, são instrumentos essenciais e

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil.

necessários para o exercício da cidadania. Neste sentido, boa parte dos arquivos pessoais está composta por documentos cuja acumulação quase nunca compete ao desejo ou ao livre arbítrio.

Mas essa papelada que remete às atividades mais rotineiras e comuns a praticamente todos os indivíduos constitui apenas uma parcela do arquivo pessoal, a qual muitas vezes nem chega a integrar o conjunto adquirido pelas instituições de custódia. Filão mais disputado e alvo de até mesmo certo fetiche é composto pela correspondência, em vista das múltiplas possibilidades de interpretação que supostamente oferece a respeito das relações familiares, sociais e amorosas, e pelos documentos ligados ao exercício profissional, que permitiriam, em tese, a apreensão dos estágios intermediários das atividades (artísticas, literárias, científicas, políticas...) pelas quais o titular se notabilizou e alcançou projeção social que justificasse a aquisição, a preservação e a difusão de seu arquivo. Ainda que os recortes de jornal possam se relacionar diretamente com tais atividades, é fato que gozam de lugar indefinido no interior dos fundos e acabam por constituir fatia pouco apreciada dos arquivos pessoais, seja pelo seu aspecto material, dado que não é raro encontrá-los em mau estado de conservação, seja pela resistência em reconhecer seu estatuto documental, tendo em vista a efemeridade de seus conteúdos. Essa condição marginal dos recortes de jornal pode ser reforçada, de um lado, pelas políticas institucionais de aquisição e formação de acervo, quando determinam a rejeição desse material nos atos de doação, e, de outro, pelas práticas do processamento técnico – o manual de organização de arquivos pessoais do CPDOC, que tanto tem inspirado o tratamento documental desde a sua primeira edição,¹ preconiza a separação os recortes em série específica, apartada do conjunto, e o descarte daqueles que se apresentem incompletos ou sem dados de identificação, com a data de publicação e o título do periódico (CENTRO..., 1998, p. 22).

De fato, são muitos os desafios em torno dos recortes de jornal. O suporte frágil e ácido, bem como os formatos disformes, variando dos pequenos fragmentos às grandes folhas inteiras, impõem problemas de conservação e preservação difíceis de contornar, como bem apontaram Ott, Tucker e Buckler (2006, p. 18, tradução nossa):

[...] muitos cadernos de recortes, com seus conteúdos efêmeros, não duram e têm apenas uma utilidade fugaz. Eles se desintegram e se esmigalham. As folhas caem. O material afixado se desprende das páginas. Os arquivistas [...] tendem a negligenciá-los porque sua conservação é um verdadeiro pesadelo. Nenhuma das soluções existentes dará conta de todos os problemas. Para salvar um caderno de recortes, o arquivista precisa, às vezes, destruí-lo, separando-o em partes.

E, para além das questões relacionadas à conservação, das quais não trataremos aqui, existem ainda os problemas ligados às duas funções fundamentais do tratamento dos arquivos permanentes, quais sejam, o arranjo e a descrição, que embora possam parecer banais aos arquivistas habituados a executá-las, revelam-se sempre surpreendentemente desafiadoras e complexas quando estão em jogo os arquivos pessoais e, especialmente, os recortes de jornal dentro desses arquivos.

1 LUGARES E SENTIDOS

Organizar um arquivo é como montar um quebra-cabeça – um exercício refinado de paciência e, sobretudo, de lógica. A lógica dos arquivos não está condicionada aos usos que lhes emprestam os pesquisadores nas salas de consulta, mas tem a ver com a proveniência, que determina uma estrutura abstrata pela qual se procura representar, nos níveis superiores, categorias classificatórias mais abrangentes (geralmente determinadas por funções e atividades) e, nos níveis inferiores, os agrupamentos documentais a elas subordinados (dossiês, séries e itens). Ao estabelecer relações hierárquicas entre os diferentes níveis de representação, a classificação – ou arranjo, termo que muitos já consideram superado – confere aos documentos um **lugar** no interior da estrutura do fundo.

Se os arquivos atendem à lógica da proveniência – princípio primeiro, natural e geral da ciência arquivística, no dizer de Antonia Heredia Herrera (2015, p. 44) –, cumpre reconhecer nos documentos que os compõem a condição de subprodutos das atividades de que participam. Como definiu Heloísa Bellotto (2014), os documentos nascem como prova e permanecem como testemunho. O estatuto probatório congênito, no entanto, só se manifesta porque os documentos são, essencialmente, instrumentos que viabilizam ações. No dizer de Blanca Rodríguez Bravo (2002, p. 143), o documento de arquivo nasce para dar vida à razão de sua origem: compreender essa razão de ser é

a chave para identificar o **sentido** dos documentos, isto é, o contexto originário determinado pelas funções, atividades e eventos dos quais os documentos derivam, bem como pelas circunstâncias em que foram acumulados e utilizados ao longo do tempo. Assim, o contexto acaba por constituir uma espécie de eixo que atravessa os polos do arranjo e da descrição, interligando, numa espécie de circuito fechado, o lugar e o sentido dos documentos no interior dos arquivos

Figura 1 – Circuito fechado entre o contexto originário dos documentos e as funções de arranjo e descrição.



Fonte: elaboração própria.

Compreender o contexto originário dos documentos de um arquivo passa, inevitavelmente, pelo estudo das circunstâncias ou das razões que levaram à sua acumulação. Assim, cabe a pergunta: por que, ao longo da vida, as pessoas guardam recortes de jornal? As razões, naturalmente, variam caso a caso, e em outra oportunidade (CAMPOS, 2018, p. 70-88) exploramos alguns casos reais observados em arquivos pessoais mantidos por diferentes instituições de custódia. É muito comum que os atributos funcionais que contextualizam os recortes estejam vinculados ao exercício profissional do titular do arquivo, especialmente quando se dedica à colaboração regular na imprensa ou a atividades passíveis de crítica especializada (caso dos escritores, dos artistas em geral, de pesquisadores engajados na divulgação científica) ou sujeitas ao julgamento da opinião pública, como ocorre com titulares de cargos públicos. Assim, guardar os recortes de sua própria produção na imprensa, bem como aqueles nos quais seu nome figure como assunto, acaba sendo uma forma de

comprovar sua atividade autoral e as atividades consignadas em seu currículo profissional e de acompanhar a repercussão de sua obra ou de suas atividades públicas.

Figura 2 – Caderno de recortes da escritora Lúcia Machado de Almeida



Fonte: Acervo de Escritores Mineiros (UFMG), acervo Lúcia Machado de Almeida, série produção intelectual de terceiros, subsérie recortes de jornais e revistas, dossiês cadernos de recortes (1 a 4).

Em quatro cadernos escolares de folhas pautadas e espiral metálica, desses que podem ser comprados em qualquer papelaria, a escritora mineira Lúcia Machado de Almeida colou recortes extraídos de jornais publicados dentro e fora do Estado de Minas Gerais. A função instrumental e os atributos funcionais destes cadernos de recortes são evidentes – por meio deles, a escritora organizou notícias, resenhas e entrevistas, criando, de certa forma, um portfólio da recepção de sua obra e de sua inserção como figura de destaque da sociedade belo-horizontina. Contudo, em seu arquivo, preservado pelo Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), um outro conjunto de recortes chama mais a atenção: são fotografias destacadas das notícias e reportagens que originalmente ilustravam, sobre as quais Lúcia escreveu à mão títulos, legendas e diálogos entre as pessoas retratadas.

Figura 3 – Recortes de jornal acumulados por Lúcia Machado de Almeida



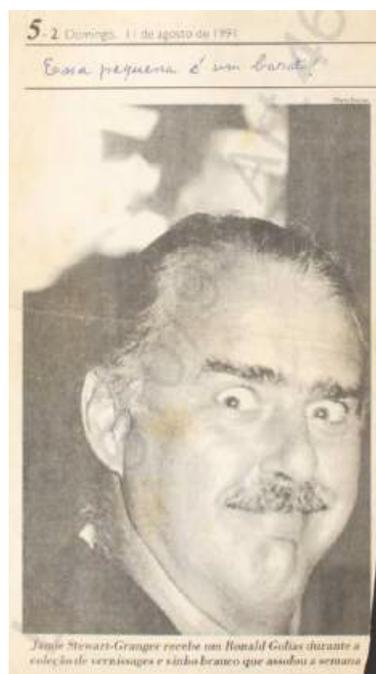
“Estou me lixando”



“Tchau... boazuda”



“Que que é aquilo? Dá para a gente desconfiar...”



“Essa pequena é um barato!”

Fonte: Acervo de Escritores Mineiros (UFMG), acervo Lúcia Machado de Almeida, série produção intelectual de terceiros, subsérie recortes de jornais e revistas, pastas 1 e 2.

Sondar as circunstâncias da produção e da acumulação desses espécimes é desafio bem mais complicado. Passatempo que revela um senso de humor particular, capaz de oferecer pistas para compreender aspectos da personalidade da titular do arquivo? Exercício praticado regularmente, cuja funcionalidade estaria ligada ao processo criativo da escritora? Quem sabe, um pouco de cada coisa? Curiosa mesmo é a posição conferida a esse conjunto de recortes e também aos cadernos no quadro de

arranjo do fundo: apesar de terem sido produzidos e acumulados pela titular, no instrumento descritivo os recortes constam na série denominada “produção intelectual de terceiros”, o que nos leva a discutir os subterfúgios empregados na classificação e na descrição dos recortes de jornal.

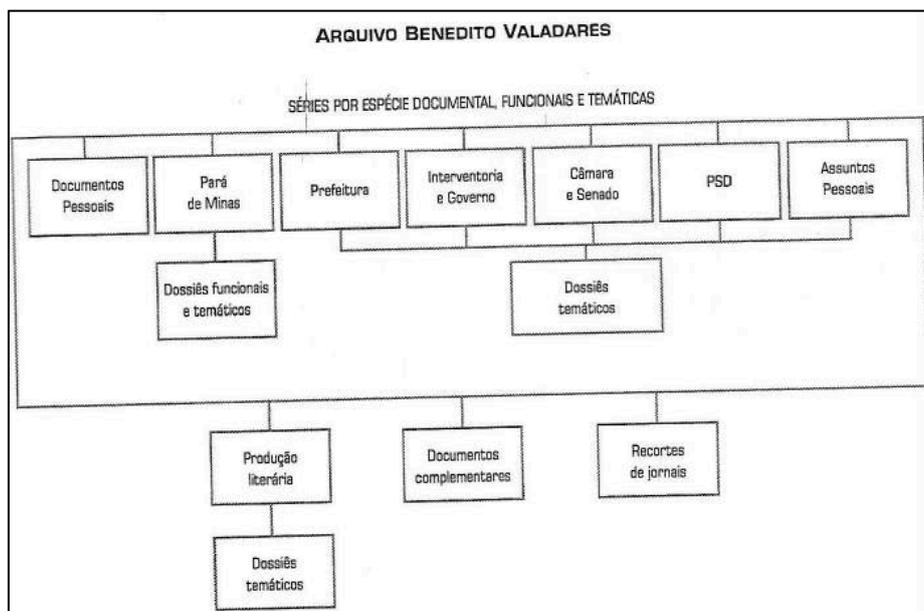
2 ARTIFÍCIOS CLASSIFICATÓRIOS E DESCRITIVOS

A condição marginal dos recortes de jornal pode ser observada tanto nos planos de classificação quanto nos instrumentos descritivos. Os casos que examinaremos a seguir são exemplares de problemas que se replicam em muitos projetos descritivos de arquivos pessoais.

A ideia de que os recortes de jornal não constituam documentos de arquivo ou, pelo menos, não partilhem do mesmo estatuto dos demais documentos que compõem os arquivos induz a separação deste material em série isolada, como se os recortes gozassem de autonomia em relação ao conjunto no qual se encontram, recurso que subverte o caráter essencialmente solidário dos arquivos e o princípio que caracteriza sua natureza, qual seja, a organicidade. Assim, o lugar conferido aos recortes de jornal na representação da estrutura do fundo acaba sendo um “não lugar”, uma vez que não se evidencia a relação lógica entre os recortes e as atividades das quais eles participam. É o que se percebe, por exemplo, no estabelecimento das séries nos arquivos de Benedito Valadares, custodiado pelo CPDOC, e de Oswaldo França Júnior, do Acervo de Escritores Mineiros da UFMG.

O quadro de arranjo do fundo Benedito Valadares é especialmente representativo da confusão que se estabelece quando múltiplos critérios são aplicados na definição das séries documentais. Numa classificação pretensamente orientada por espécies documentais, funções e assuntos, as séries denominadas “documentos pessoais”, “documentos complementares” e “recortes de jornais” caracterizam-se pela falta de identidade, haja vista que nenhum destes termos genéricos corresponde, de fato, a espécies, muito menos a funções ou assuntos. Já no arquivo de Oswaldo França Júnior, as incongruências, também presentes nos níveis superiores do arranjo, verificam-se nas subséries em que se desdobra a série de recortes de jornais: "diversos", "fortuna crítica" e "temáticos".

Figura 4 – Quadro de arranjo do fundo Benedito Valadares



Fonte: Centro... (1998, p. 18).

Figura 5 – Quadro de arranjo do fundo Oswaldo França Júnior

Fonte: Acervo de Escritores Mineiros (UFMG).

Disponível em: <https://www.ufmg.br/aem/Inventario_franca/sumario_franca.htm>. Acesso em: 30 jan. 2018.

No arquivo de Osvaldo Cardoso de Melo, custodiado pelo Arquivo Público de Campos dos Goytacazes (RJ), os recortes de jornal foram agrupados em série determinada pela técnica de registro – aparecem, assim, no conjunto dos documentos “impressos” que compõem o arquivo. Trata-se, segundo o inventário, de recortes “sobre acontecimentos políticos, históricos e sociais regionais, nacionais e mundiais, em grande parte extraídos de publicações de Campos dos Goytacazes e alguns do Rio de Janeiro”. Nesta mesma série, os recortes convivem com “mapas do continente europeu demonstrando a geografia política no período da 1ª Guerra Mundial” (ARQUIVO..., 2005, p. 71). De que maneira esses documentos se relacionam, para que ocupem o mesmo lugar na estrutura do arquivo? Seria a técnica de registro – manuscrita, impressão, datilografia, gravação, fotografia – critério suficiente para definir o sentido dos documentos nos arquivos?

No arquivo da escritora Corina Coaracy, cuja custódia compete ao Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, a série “produção na imprensa” reúne recortes de contos, crônicas e poemas de autoria da titular publicados em jornais cariocas. Neste caso, nada a questionar. Contudo, no inventário analítico do arquivo de Álvaro Moreyra, custodiado pela mesma instituição, é possível notar uma dissimetria curiosa: a rubrica classificatória “produção na imprensa” se repete, o que não soa descabido, tendo em vista que o titular foi um nome expressivo do jornalismo brasileiro – natural, portanto, que a colaboração regular com a imprensa figurasse entre as atividades capazes de contextualizar boa parte de seus documentos. O que poderia supor o consulente ao deparar, no arquivo de um jornalista, com uma série intitulada “produção na imprensa”? Muito provavelmente, esperaria encontrar os produtos derivados da atividade jornalística do titular. Mas não é o que se verifica neste caso, dado que a série abriga recortes de jornais e de revistas relativos a dois eventos bastante distantes no tempo e em nada relacionados entre si: um acidente de automóvel sofrido por ele e sua esposa, Eugênia, em 1935, e o falecimento de Eugênia Moreyra, ocorrido em 1948.

Figura 6 – Série “produção na imprensa”, arquivo de Corina Coaracy

SÉRIE PRODUÇÃO NA IMPRENSA - Pim
Código de referência: BR RJFCRBAMLB C. Cy Pim
Nível de descrição: Série
Título: Produção na imprensa
Data: 1884 - 1885;
Dimensão e suporte: 3 dossiês
Âmbito e conteúdo: Série constituída de recortes de jornais com poemas, crônicas e conto de autoria de Corina Coaracy
Sistema de arranjo: Organizado por ordem alfabética da espécie documental.

Fonte: Fundação... (2016b, p.14).

Figura 7 – Série “produção na imprensa”, arquivo de Álvaro Moreyra

PRODUÇÃO NA IMPRENSA - PIM
Código de referência: BR RJFCRBAMLB AMo Pim
Nível de descrição: Série
Título: Produção na imprensa
Data: 1928 a 1952
Dimensão e suporte: 6 dossiês
Âmbito e conteúdo: Série constituída de recortes de jornais e de revistas sobre Álvaro e Eugênia Moreyra. Destacam-se notícias sobre acidente envolvendo o casal e sobre o falecimento de Eugênia.
Sistema de arranjo: Organizado por alfabética de tema e por ordem cronológica.

Fonte: Fundação... (2016a, p.9).

Os dois últimos exemplos apontam um problema típico de uma estratégia de abordagem dos arquivos pessoais que tem sido bastante empregada no cenário arquivístico brasileiro. Trata-se da tentativa de enquadrar os fundos em um sistema de arranjo polivalente, composto de rubricas classificatórias pré-estabelecidas, amplas e genéricas, que não são capazes de revelar as circunstâncias que deram origem aos documentos a elas subordinados (como “correspondência pessoal”, “correspondência familiar”, “correspondência expedida”, “correspondência recebida”, “produção intelectual”, “produção intelectual de terceiros”, “documentos pessoais”, “diversos”). Se os arquivos são, por natureza, únicos em função de seus contextos de produção, de que maneira poderiam submeter-se a estruturas classificatórias pretensamente universais? Em relação aos arquivos pessoais, repletos de peculiaridades que tornam ainda mais complexa a identificação dos contextos originários dos documentos, a opção por soluções de arranjo baseadas em abordagens do tipo “de cima para baixo”, isto é,

das funções ou atividades para as séries documentais, revela-se inadequada. É certo que a classificação funcional é imperativa, porém, a definição das categorias capazes de representar a relação lógica e natural entre a trajetória de um indivíduo e os documentos que compõem seu arquivo depende de uma abordagem na direção inversa, “de baixo para cima”, ou seja, partindo dos itens documentais em direção às atividades que lhes deram origem.

Quando o foco da observação se desloca do arranjo para a descrição das séries ou dos itens documentais, outros problemas se manifestam. Um deles é a suposição de que o conjunto dos elementos que compõem a referência bibliográfica (nome do autor, título da publicação, local e data) seja suficiente para descrever os recortes de jornal, como se observa, por exemplo, no arquivo de Cyro dos Anjos, custodiado pelo Acervo de Escritores Mineiros da UFMG. De que maneira este artifício descritivo é capaz de evidenciar a real natureza, os contextos de acumulação e uso e, no limite, o potencial informativo dos documentos?

Figura 8 – Descrição dos itens que compõem a série “recortes de jornais”, arquivo de Cyro dos Anjos



The screenshot shows a web interface for the 'Acervo de Escritores Mineiros' (UFMG). The left sidebar features a silhouette of a man and the text 'Cyro dos Anjos' and 'acervo de escritores mineiros'. The main content area is titled 'SÉRIE RECORTES DE JORNAIS:' and lists four items:

- 1 ANDRADE, Carlos Drummond de. Cemitério marinho. Estado de Minas, Correio da manhã, [Belo Horizonte], 19 out. 1954.
- 2 ANDRADE, Carlos Drummond de. Vovô é um barato. Jornal do Brasil, [Rio de Janeiro], [s.d.].
- 3 A EUROPA é a casa desse intelectual. [São Paulo], [s.d.].
- 4 ANJOS, Cyro dos. O fracasso é ainda melhor que o êxito. Jornal das

An image of a newspaper clipping titled 'VOVÔ É UM BARATO' is shown between items 2 and 3. At the bottom, there is a search bar with a 'Buscar' button and a navigation menu with links: APRESENTAÇÃO - FICHA TÉCNICA - BIOGRAFIA - BIBLIOGRAFIA - SUMÁRIO. The UFMG logo is in the bottom right corner.

Fonte: Acervo de Escritores Mineiros (UFMG).

Disponível em: <https://www.ufmg.br/aem/Inventario_cyro/layout_cyro.htm>. Acesso em: 31 jan. 2018.

Outras soluções descritivas recorrem ao resumo de conteúdo, priorizando o tema dos documentos em detrimento das circunstâncias que lhes conferem um sentido único no conjunto em que se inserem. Vale a pena frisar que, quando fazem parte de um arquivo, os recortes de jornal (assim como qualquer outro documento) revestem sentido dotado de especificidade que supera em muito os conteúdos neles consignados: ao lado dos demais documentos com os quais convivem, passam a compor um todo articulado e indivisível capaz de oferecer um testemunho, ou mesmo um reflexo, *sui generis* da entidade que os acumulou. Tal constatação, por si só, justifica o empenho de destiná-lhes tratamento condizente com o que se pratica para os demais documentos de arquivo, tarefa que passa, necessariamente, pela adequada identificação e denominação das espécies e tipos documentais, algo que raramente se verifica no tratamento dos recortes de jornal.

3 O NOME QUE OS DOCUMENTOS TÊM (OU DEVERIAM TER)

O recurso a estratagemas e subterfúgios que se traduzem na adoção de termos genéricos para denominar conjuntos de documentos de natureza supostamente semelhante chega mesmo a ser procedimento antiarquivístico, pois obscurece o potencial informativo das séries, relega certos documentos ao segundo plano e os destitui de sua identidade. Sim, assim como as pessoas, os documentos de arquivo também têm uma identidade própria que se manifesta pelo nome que recebem, nome este que corresponde às espécies e aos tipos documentais. Sob o guarda-chuva da “correspondência”, por exemplo, esconde-se todo um leque de espécies muito diferentes entre si: carta, ofício, bilhete, telegrama, memorando, convite... O mesmo ocorre com os chamados “documentos pessoais”, termo que geralmente engloba os documentos identitários, ou seja, aqueles destinados a conferir aos indivíduos existência formal na esfera do Direito: cédula de identidade, carteira de motorista, título de eleitor, passaporte... E o que dizer a respeito da categoria dos documentos “diversos”, quase sempre presente nos quadros de arranjo de arquivos pessoais? Nela, tudo cabe; e fato é que tem servido como uma espécie de limbo para todo e qualquer documento que não encontre lugar nas rubricas pré-estabelecidas pelas quais se

estruturam os quadros de arranjo. E quantas espécies documentais diferentes a expressão genérica “recortes de jornal” seria capaz de encobrir?

Dar nome aos documentos é uma tarefa que parece corriqueira, mas, na realidade, é mais complexa do que se imagina. Considerando os tais recortes de jornal, comecemos com uma pergunta aparentemente simples: qual a diferença entre nota, notícia e reportagem? Trata-se apenas de uma questão de tamanho? Ou teria a ver com o conteúdo? Será que os temas abordados influenciam a escolha de uma ou outra modalidade textual? Ou a diferença estaria nos elementos acessórios, na presença ou não de ilustrações, gráficos e outros recursos complementares? Será que o xis da questão é a autoria – as reportagens seriam sempre assinadas, as notícias poderiam ou não ostentar os créditos do autor e as notas seriam anônimas? A tentativa de responder a uma questão aparentemente trivial se desdobra em um sem número de outras perguntas que só evidenciam a dimensão e a complexidade do problema. Agora, se considerarmos que o conteúdo dos jornais vai muito além das notas, das notícias e das reportagens, as dúvidas se multiplicam. Caricatura, charge, tira; artigo e editorial; análise e comentário; nota de falecimento, necrológio, obituário... Todas essas espécies podem muito bem ser encontradas em um arquivo sob o formato de recorte, mas qual a diferença entre elas?

Essas inquietações deram origem a uma pesquisa que resultou em tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (CAMPOS, 2018), na qual procuramos considerar os problemas relativos aos recortes de jornal nos arquivos sob duplo ponto de vista. De um lado, caracterizamos o hábito de acumular recortes de jornal como reflexo de uma prática social cujas raízes remetem a uma tradição muito mais antiga do que se supõe, de outro, examinamos as circunstâncias pelas quais os recortes de jornal se apresentam nos arquivos (notadamente aqueles de origem pessoal), reforçando a percepção dos atributos funcionais que os credenciam ao processamento técnico amparado nos princípios, métodos e procedimentos próprios da Arquivologia.

Geralmente, os recortes são pequenos, no que diz respeito às suas dimensões, mas quase sempre são tantos, em número, que formam conjuntos volumosos que impõem toda sorte de desafios aos profissionais de arquivo. Acondicioná-los é um dos

primeiros dilemas com os quais deparamos, tendo em vista a disparidade e a irregularidade dos formatos, bem como a fragilidade do suporte. No que tange ao tratamento documental, o caráter fragmentário dos recortes de jornal põe à prova, a todo momento, nossa capacidade de contextualizá-los em função das circunstâncias de acumulação e uso, o que se reflete na dificuldade, muito natural, de dar-lhes um lugar adequado no interior dos planos de classificação ou quadros de arranjo. E abundam, ainda, os dilemas relativos à descrição, dado que nem sempre é possível extrair dos documentos os elementos formais e substantivos necessários para identificar de maneira consistente os itens ou as séries.

Dentre a variedade de desafios impostos pelos recortes de jornal, nosso interesse se concentra na identificação e na definição das espécies documentais. Para tanto, fomos buscar na diplomática, disciplina que se ocupa do estudo da estrutura formal dos documentos, o referencial metodológico para nomear aquilo que vem, tradicionalmente, sendo denominado de maneira imprecisa. Naturalmente, os recortes de jornal estão muito longe daquilo que Paoli (1942, p. 18) definiu como objeto da diplomática – a prova escrita de um fato de natureza jurídica, compilada de acordo com determinadas formas que se destinam a dar-lhe plena fé e crédito. Contudo, sendo o jornalismo, no dizer de Beltrão (1964, p. 5), uma “atividade humana caracterizada” desenvolvida de acordo com um complexo de rotinas, normas e padrões bem definidos, e considerando que a diplomática vem sendo aplicada, há já algum tempo, a objetos os mais inusitados e distantes de seu objeto original,² por que não recorrer aos seus aportes para o estudo tipológico dos recortes de jornal?

Aos referenciais da diplomática e da própria arquivística somaram-se contribuições de outros campos disciplinares, como a teoria do jornalismo, a comunicação social e a linguística, num exercício de comparação, articulação e transferência de conceitos e noções das diferentes áreas. Como qualquer documento, o texto jornalístico também se constitui de caracteres formais e substantivos. Recorrendo aos dicionários especializados e aos manuais de redação jornalística, identificamos, definimos e ilustramos todo um leque de elementos derivados das técnicas de diagramação e dos recursos das artes gráficas que concorrem para dotar o conteúdo dos jornais de uma certa aparência externa, uma “fachada”, para tomar de empréstimo o

termo que Luciana Duranti (1989, p. 15) usou para se referir aos elementos extrínsecos dos documentos, e identificamos e definimos os elementos intrínsecos, que respondem pela articulação intelectual do discurso nos relatos jornalísticos.³

Mas nem tudo o que se publica em jornal e que pode ser recortado e guardado por um indivíduo corresponde a relatos de natureza puramente jornalística. Atas, comunicados, anedotas, passatempos, anúncios, contos, receitas, editais e tantas outras espécies documentais convivem, no interior dos periódicos, com as notícias, as reportagens, as análises, os editoriais... Se nossas fontes iniciais – manuais didáticos, manuais de redação de grandes jornais e dicionários especializados – ofereceram subsídios importantes para o levantamento dos termos que pudessem sugerir os nomes com os quais os profissionais e teóricos do jornalismo denominam as unidades textuais resultantes de seu trabalho, por meio delas pudemos identificar apenas as espécies mais consagradas, de aparição mais frequente nos jornais. Assim, revisamos exemplares completos de jornais paulistanos publicados entre os anos de 1930 e 2000, contemplando também seus suplementos (agrícola, feminino, infantil e literário), em busca daquilo que excedesse o universo das espécies já levantadas. Para cada ano redondo do recorte temporal estabelecido, analisamos uma edição de quarta-feira, uma de sábado e uma de domingo, o que resultou em substancial ampliação do leque de espécies documentais relacionadas à veiculação tanto de conteúdo propriamente jornalístico quanto de conteúdo não jornalístico.

O resultado deste trabalho revela-se em um glossário ilustrado de espécies documentais composto por 88 verbetes. A extensão e o alcance de cada verbete variam, naturalmente, em função da complexidade de cada espécie documental, de modo que certas definições podem ostentar caráter mais comentado, considerando não apenas a descrição das características formais da espécie, mas também as condições de sua aplicação no trabalho de descrição documental. Sempre que oportuno, ilustramos as definições com imagens que demonstram a estrutura e as variações do aspecto visual das espécies ao longo do tempo. Ainda que tenhamos procurado nos ater às especificidades dos produtos e do vocabulário jornalísticos, as definições que formulamos têm por objetivo atender às demandas típicas do quefazer arquivístico, razão pela qual propusemos, em alguns casos, soluções de simplificação para a

denominação de certas espécies que só podem ser inequivocamente reconhecidas quando observadas quando observadas na página inteira do jornal.

4 À GUIA DE ENCERRAMENTO

A variedade do conteúdo dos jornais excede em muito o leque das unidades textuais tipicamente associadas às funções básicas da imprensa (informar, opinar, interpretar os acontecimentos da atualidade, prestar serviço e divertir o leitor). Reconhecer essas unidades textuais fragmentadas, alçá-las à condição de documento, compreender o lugar que ocupam no interior de um fundo e nomeá-las por meio de termos adequados às suas características formais/estruturais e à natureza de seus conteúdos é um dos desafios mais difíceis – e, ao mesmo tempo, mais estimulantes – do que fazer arquivístico. Uma máxima muito repetida pelos arquivistas é aquela que diz que cada arquivo é único: de fato, cada conjunto documental é constituído segundo uma lógica própria, intimamente dependente das atividades, dos usos e dos costumes de seus titulares, que se traduz no modo como os documentos são acumulados, utilizados e conservados ao longo do tempo. Esses elementos influem, de maneira importante, na complexa tarefa de representar os lugares e os sentidos dos documentos no interior de um determinado arquivo.

Em relação aos recortes, sua reunião em volumes encadernados nem sempre confere ao conjunto um sentido especial, tampouco autoriza, de antemão, a descrição coletiva. Não são raros os casos em que a opção por colar os recortes em álbuns ou cadernos se deve tão somente à praticidade na guarda e no manuseio dos documentos. Quando isso acontece, a descrição unitária dos recortes é inevitável, a bem da adequada designação de espécies muito diferentes entre si no que diz respeito às suas estruturas formais e aos seus contextos originários. Nestes casos, o álbum ou caderno de recortes cumpre a função de ser apenas invólucro, unidade de armazenamento. No entanto, nada impede que também seja possível constatar a existência de laços de afinidade contextual entre os itens do volume, o que o transforma em unidade de descrição indivisível, independentemente de sua extensão e da variedade de espécies documentais que possa abrigar.

Outra situação bastante comum nos arquivos é encontrar não os recortes, mas páginas ou mesmo edições inteiras dos jornais. Aí, somente a análise detida do material poderá iluminar se há nisso alguma razão específica ou se trata-se apenas de mera casualidade. A chave dessa compreensão é o estudo das atividades, dos eventos e das áreas de interesse do titular do arquivo, somado à observação atenta das anotações, dos grifos e de outras marcas indicativas de práticas de leitura. Se, por um lado, essa circunstância pode muito bem impor um obstáculo a mais para o reconhecimento do material a ser classificado e descrito, por outro, pode acabar facilitando a identificação de certas espécies que são melhor compreendidas quando observadas a partir da morfologia do jornal, isto é, da posição que originalmente ocupam no interior das páginas e da relação que estabelecem com as matérias que a circundam.

Isso mostra que a tarefa de identificar e definir as espécies capazes de nomear os recortes de jornal – e, com isso, dar-lhes identidade, lugar e sentido no interior dos arquivos a que pertencem – pode ser mais complexa do que se imagina, mesmo quando se conta com um repertório de opções definidas em glossário. Os desafios, no entanto, não se encerram aí, tendo em vista que o desenvolvimento tecnológico vem impondo transformações importantes na configuração dos arquivos e, evidentemente, dos próprios documentos. O jornalismo, assim como, a bem da verdade, todas as esferas da ação humana, não está imune às inovações da tecnologia. Os jornais vêm investindo em novas formas de composição e difusão de conteúdo, o que tem resultado em transformações que incidem também sobre a estrutura das matérias jornalísticas. Com isso, novas espécies documentais se revelarão?

Num futuro próximo, já não encontraremos os produtos da imprensa diária acumulados sob o formato de recortes, mas salvos como atalhos em navegadores de internet, compartilhados em perfis nas redes sociais e nos aplicativos de comunicação instantânea, copiados em discos rígidos e pen-drives ou mesmo pairando nas nuvens. Frente ao desafio de compreender as novas feições e extensões dos arquivos, dando conta das questões relativas à preservação em longo prazo e à garantia de acesso aos documentos, a essência do quefazer arquivístico segue inabalada: ao profissional de arquivo compete – e competirá sempre – reconhecer a identidade dos documentos com os quais trabalha, dar-lhes nome e enquadrá-los em seu meio genético. Se a arquivística

é, na elegante definição de Angelika Menne-Haritz (1998), a *ciência dos contextos e das relações*, iluminar a trilha da proveniência, que leva ao lugar e ao sentido dos documentos nos conjuntos a que pertencem, constitui, sem sombra de dúvida, um dever de ofício.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO Público da Cidade de Campos dos Goytacazes. **Fundo Arquivo Cardoso de Melo**: inventário analítico. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014, p. 329-344.

BELTRÃO, Luiz. **Técnica de jornal**. Recife: Instituto de Ciências da Informação, 1964.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Recortes de jornal: da prática social aos arquivos**. São Paulo, 2018. 398 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Metodologia de organização de arquivos pessoais**: a experiência do CPDOC. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. Trad. Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DURANTI, Luciana. Diplomats: New Uses for an Old Science (Part I). **Archivaria**, Ottawa, v. 28, p. 7-27, Summer 1989.

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. **Arquivo Álvaro Moreyra**: inventário analítico. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016a. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/amlb/Inventario_Alvaro_Moreyra.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. **Inventários online dos arquivos do ALMB**: inventário analítico do arquivo Corina Coaracy. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016b. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/amlb/Inventario_Corina_Coaracy_21102016.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

HEREDIA HERRERA, Antonia. El principio de procedencia y los otros principios de la archivística. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (Org.). **Archivos y documentos: textos seminales**. São Paulo: ARQ-SP, 2015, p. 43-56.

MENNE-HARITZ, Angelika. What can be achieved with archives? In: **The concept of record: report from the Second Stockholm Conference on Archival Theory and the Concept of Record**. Stockholm: Riksarkivet, 1998, p. 11-24.

OTT, Katherine; TUCKER, Susan; BUCKLER, Patricia P. An introduction to the history of scrapbooks. In: OTT, Katherine; TUCKER, Susan; BUCKLER, Patricia P. **The Scrapbook in American Life**. Philadelphia: Temple U.P., 2006.

PAOLI, Cesare. **Diplomatica**. 2 ed. Firenze: Sansoni, 1942.

RODRÍGUEZ-BRAVO, Blanca. **El documento entre la tradición y la renovación**. Madrid: Trea, 2002.

Notas

¹ Convém destacar o pioneirismo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, sediado no Rio de Janeiro, na aquisição de arquivos pessoais e na publicação de um manual metodológico a respeito do arranjo e da descrição destes arquivos. O *Manual de organização de arquivos pessoais* foi publicado originalmente em 1980 e reeditado em 1986, 1994 e 1998.

² Bruno Delmas (2010) demonstrou como a diplomática pode ser aplicada para compreender a lógica de funcionamento de sofisticados mecanismos de coleta robotizada de dados. Manuais de instrução e até mesmo de bulas de remédio também já foram objeto de estudos acadêmicos sob o viés diplomático.

³ No dizer de Duranti (1989, p. 15, tradução nossa): “Qualquer documento escrito, no sentido da diplomática, contém informação transmitida ou descrita por meio de regras de representação. [...] Assim como um edifício, o documento tem uma fachada externa, que é a sua forma física, uma articulação interna, que é a sua forma intelectual, e uma mensagem a ser transmitida, o seu conteúdo. É impossível entender integralmente a mensagem sem compreender a fachada e a articulação escolhidas, pelo autor, para expressá-la. A forma de um documento escrito é, portanto, o conjunto de suas características, as quais podem ser separadas dos assuntos, pessoas ou lugares a que o documento se refere.”